

Materialidades da Comunicação
Por um Novo Lugar da Matéria na Teoria da Comunicação

Erick Felinto ¹

erickfo@ajato.com.br

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar os principais conceitos da “teoria das materialidades da comunicação”, desenvolvida por pesquisadores do departamento de Literatura Comparada da Stanford University. Sugere-se que sua utilização no setor da teoria da comunicação pode colaborar para o enfrentamento das dificuldades geradas pela abrangência, complexidade e inespecificidade do campo da comunicação, bem como abrir novos horizontes ao estudo da interação entre as tecnologias comunicacionais e seus usuários.

Palavras-Chave: Materialidade, Comunicação, Recepção, Hermenêutica, Teoria

Abstract: This article is devoted to the presentation of the main concepts developed by a group of researchers from the Department of Comparative Literature at Stanford University, the theory of “materialities of communication”. This theory is presented as a means to grapple with the difficulties engendered by the complexity and intrinsic lack of precise definitions in the field of communications theory. It is also suggested that “materialities of communication” can open new horizons in the study of the interaction between new technologies of communication and its users.

¹ Erick Felinto é doutor em Literatura Comparada pela UERJ e PhD candidate em Romance Linguistics and Literatures pela UCLA, professor adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação da Universidade Estácio de Sá.

“ ‘Materialities of Communication’ represents the desire for a theory that integrates these three tendencies – towards less anthropocentric (less spiritual), less antitechnological and less transcendental forms of human self-reference” (Hans Ulrich Gumbrecht)

Em tempos pós-modernos, apresentar conceitos e metodologias “novos” envolve riscos não desprezíveis. Dado que o objetivo deste trabalho é precisamente descrever e sugerir a utilização de uma metodologia original – ou que pelo menos nos transmite a impressão de novidade –, parece sensato começar com algumas palavras de advertência.

É possível que uma das mais intrigantes conseqüências da pós-modernidade seja a intromissão do conceito de “moda” no universo do pensamento conceitual. É nesse sentido que o título da tradução inglesa do célebre livro de Alan Sokal me parece revelador: *Fashionable Nonsense* (1998) - o absurdo tornado padrão de gosto, importante nuance que o *Impostures Intellectuelles* do original não apresenta. A moda, como adverte Beatriz Sarlo, deve “captar as mudanças mais insignificantes do ar dos tempos” (1997: 41). Mais que isso, deve ser maleável o suficiente para nos permitir jogar com seus mandamentos sempre efêmeros. Erro grave seria tomá-la realmente a sério. É da ordem do leve, do divertido, do lúdico. Talvez seja essa a razão pela qual termos como *complexidade*, *transdisciplinaridade*, *caos*, *paradigma* ou *entropia*, ainda que carregados de uma certa aura de reverência, possam ser utilizados com tanta leveza. Pouca gente sabe exatamente o que eles significam, mas ninguém parece se preocupar muito com isso. Afinal, insegurança e imprecisão também se tornaram “in” nestes tempos de fragmentação do pensamento.

A teoria da comunicação foi definitivamente invadida por esse sedutor jargão pós-moderno. Pela imprecisão e complexidade de seu objeto – seja ele qual for -, o campo da comunicação acabou tornando-se vítima perfeita da moda novidadeira. O problema não é tanto a rentabilidade epistemológica efetiva dos novos conceitos quanto sua conversão ao *status* de modismos teóricos. Ao se caracterizarem como traços estilísticos indicadores de significados como “elegante” ou “atual”, os conceitos foram pelo menos parcialmente esvaziados de seu rigor científico. Fora do espaço de uma

bibliografia altamente seleta e especializada, eles freqüentemente circulam pelo mundo acadêmico com excessiva fluidez e permissividade.

Para evitar o risco dessa apropriação do conceitual pelo reino da moda, pretendo tomar algumas medidas cautelares em relação às idéias que apresentarei: 1) descrever cuidadosamente a história da teoria, sua genealogia intelectual (e assim provar que os novos conceitos não surgiram *ex-nihilo*); 2) delimitar seu campo de aplicabilidade e 3) defender sua rentabilidade teórica para o estudo dos fenômenos comunicacionais.

Começo apontando uma qualidade do sintagma até agora utilizado para denominar a nova teoria: “Materialidades da comunicação”. O termo tem a vantagem, hoje talvez pouco valorizada, de procurar traduzir uma idéia potencialmente complexa em um princípio rapidamente apreensível em suas linhas fundamentais. Mais que isso, ele permite perceber que não se trata de sugerir uma epistemologia absolutamente nova, mas antes de encarar de maneira renovada uma noção bastante tradicional. Em primeira instância, falar em “materialidades da comunicação” significa ter em mente que todo ato de comunicação exige a presença de um suporte material para efetivar-se. Que os atos comunicacionais envolvam necessariamente a intervenção de *materialidades*, *significantes* ou *meios* pode parecer-nos uma idéia já tão assentada e natural que indigna de menção. Mas é precisamente essa naturalidade que acaba por *ocultar* diversos aspectos e conseqüências importantes das materialidades na comunicação – tais como a idéia de que a materialidade do meio de transmissão influencia e até certo ponto determina a estruturação da mensagem comunicacional.

Uma abordagem filosófica da ocultação da materialidade pode ser encontrada, por exemplo, na obra de Jacques Derrida. O autor da *Gramatologia* traduz toda a história do pensamento filosófico do Ocidente em um processo de precedência indevida do inteligível sobre o sensível, do significado sobre o significante. Por meio de uma “metafísica da presença”, o espiritual é valorizado em detrimento da corporalidade, o material é desqualificado como obstáculo ao sentido. A materialidade aparece ali sob a denominação de escritura (*écriture*), e Derrida adverte que “não há signo lingüístico antes da escritura” (1973: 17), ou seja, o significante (material) é anterior – não temporal, mas ontologicamente – ao significado (espiritual).

Derrida constitui, de fato, uma das referências iniciais da chamada *teoria das materialidades da comunicação*, estruturada programaticamente a partir de fins dos anos 80, no departamento de literatura comparada da universidade de Stanford. Referência própria do campo dos estudos filosóficos e literários, mas que aparece ao lado de outras mais imediatamente próximas do domínio da comunicação, como Marshall Mc Luhan e Walter Benjamin. Não deve surpreender, contudo, o fato de uma teoria eminentemente literária revelar-se de interesse para a comunicação. Há pelo menos um precedente importante no exemplo da estética da recepção, iniciada na Alemanha por Hans Robert Jauss na década de 60. E vale mencionar ainda os *cultural studies*, hoje desfrutando de crescente prestígio no setor da pesquisa em comunicação, mas que se firmaram antes nos departamentos de literatura comparada das universidades norte-americanas que nas faculdades de comunicação²¹.

O principal articulador da teoria das materialidades da comunicação é o alemão Hans Ulrich Gumbrecht, radicado nos EUA desde 1989. Em Stanford, ao lado de um grupo de pensadores europeus e norte-americanos – Jeffrey Schnapp, Niklas Luhman, Friedrich Kittler e David Wellbery, entre outros -, Gumbrecht delineou o esboço de um programa de pesquisas que já havia adquirido forma inicial em uma coletânea de artigos publicada na Alemanha em 1988: *Materialität der Kommunikation*. A trajetória intelectual de Gumbrecht pode ser tomada paradigmaticamente como núcleo para uma genealogia da teoria das materialidades da comunicação, ainda que diversos outros pensadores tenham colaborado, de forma isolada ou coletivamente, para a constituição desse campo de estudos.

² Os estudos culturais surgiram no *Birmingham Center for Contemporary Cultural Studies*, na Inglaterra, em fins dos anos 50. Suas principais fontes de inspiração foram Gramsci e a escola de Frankfurt. A versão norte-americana, hoje predominante no mundo acadêmico, teve como base o desconstrucionismo derivado do pensamento de Derrida e, especialmente, das idéias do crítico Paul de Man, principal divulgador de Derrida nos EUA. Ela parece despontar com força como uma das principais tendências para os estudos de comunicação nos próximos anos. O recente programa de pós-doutorado da escola de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro dá testemunho disso.

A trajetória de Gumbrecht se inicia precisamente no ponto onde os estudos da estética da recepção atingem seu apogeu. Aluno mais brilhante de Jauss, Gumbrecht conquistou a façanha de tornar-se professor na universidade de Bochum com apenas 26 anos. Na época, a principal conquista dos estudos literários, segundo os advogados da estética da recepção, foi a inclusão de todo um universo de preocupações extra-literárias no arsenal teórico da crítica. Tratava-se de extrapolar o texto como instância última de determinação do sentido para buscar a consideração de fatores histórico-culturais capazes de permitir a reconstrução das experiências de leitura particulares (Cf. Jauss, 1990: 46). Em outras palavras, não era possível estudar o texto literário limitando-se à sua esfera lingüística. Era necessário tomar em consideração a maneira como o texto fora “recebido” por seus leitores em diferentes situações históricas. Contudo, o que deveria ser uma consequência importante da estética da recepção – a negação definitiva da idéia de uma verdade, de uma interpretação “autêntica” e unívoca do texto – acaba por desaparecer do horizonte central das preocupações de Jauss. Gumbrecht ressentia-se desse desaparecimento e preocupa-se, portanto, em rejeitar “qualquer modelo normativo em favor da escrita de uma ‘história descritiva’” (Castro Rocha, 1998: 12).

A história descritiva deveria abandonar qualquer pretensão de busca pelo sentido dos textos, contentando-se simplesmente em *descrever* as condições históricas e materiais dentro das quais os textos se originaram. Isso implicava também pôr de lado qualquer noção meta-histórica de *literatura*, termo que sempre havia sido utilizado de maneira absolutamente imprecisa ao aproximar fenômenos tão histórica, social e materialmente diversos quanto a *Ilíada* de Homero e o *Quixote* de Cervantes. Entre os anos de 1981 e 1989, Gumbrecht organiza uma série de colóquios em Dubrovnik, baseados fundamentalmente nas noções de *transdisciplinaridade* (importante devido à necessidade de consideração dos fatores extra-textuais) e das materialidades dos meios de transmissão da mensagem literária. Nesse momento, a teoria sistêmica de Niklas Luhmann surge com uma contribuição fundamental. Como explica João Cezar de Castro Rocha, ela estimula a investigação das condições de possibilidade de constituição do sentido ao invés de privilegiar a decodificação de um sentido já dado (...) a teoria sistêmica forneceu a Gumbrecht o instrumental necessário para levar adiante a pergunta acerca da importância da

materialidade dos meios de comunicação, uma vez que a emergência do sentido somente ocorre através do concurso de formas materiais (1998: 17-18)

Gumbrecht percebera que o campo dos estudos literários só poderia renovar-se no momento em que a obra fosse considerada a partir de um contexto mais amplo. Contexto que envolvesse as relações da obra com seus receptores, as condições históricas e materiais desses receptores e a própria “materialidade” do objeto. Nesse sentido, a formação original de Gumbrecht como medievalista vinha a calhar. As peculiaridades da “literatura” medieval já demandavam uma consideração redobrada dos fatores extra-literários e comunicacionais. No medievo, não existia a figura do leitor, mas sim de *ouvintes*, envolvidos em uma experiência que abarcava a consideração dos tipos de “palcos” em que a narração se dava, da gestualidade corporal do narrador e da formação cultural do público receptor.

O corpo vai, portanto, tornar-se um importante elemento de “materialidade” na reflexão sobre os atos comunicacionais. É nesse sentido que Karl Ludwig Pfeiffer define um dos mais importantes princípios da nova teoria: “a comunicação é encarada menos como uma troca de significados, de idéias sobre [algo], e mais como uma performance posta em movimento por meio de vários significantes materializados” (1994: 6). Trata-se, assim, de uma empresa epistemológica essencialmente preocupada com “as potencialidades e pressões da estilização que reside em técnicas, tecnologias, materiais, procedimentos e ‘meios’ (*media*)” (ibid.).

Aqui é impossível não perceber a marca do pensamento de McLuhan, bem como de toda uma antropologia voltada ao estudo da interação entre os sujeitos humanos e as tecnologias que desenvolvem. Mas em Mc Luhan, a brilhante intuição sobre os meios de comunicação como “extensões do homem”, próteses destinadas a expandir as capacidades de seus vários membros, não chega a ser elevada ao *status* de um paradigma de pesquisa normalizado – pretensão alimentada precisamente pelos estudiosos das materialidades da comunicação.

É curioso – e provavelmente não casual - o recente retorno das menções a Mc Luhan na área da teoria da comunicação, após um prolongado período de quase completo esquecimento. Associado freqüentemente à figura de Baudrillard, o teórico canadense tem sido relido a partir da perspectiva de uma reflexão sobre as chamadas

‘novas tecnologias da informação e da comunicação’³. Adiante, procurarei explicar algumas das motivações por trás dessa renovação do interesse pela obra de Mc Luhan. Por hora, retorno a Gumbrecht para oferecer um breve panorama do estado mais acabado de suas idéias.

Os dois textos centrais para a apresentação dos postulados teóricos da materialidade da comunicação foram traduzidos em edições dos *Cadernos do Mestrado*, publicados pela pós-graduação em literatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O primeiro dos textos, aliás, foi fruto de uma conferência realizada por Gumbrecht na UERJ em 1992. O “O Campo não Hermenêutico ou a Materialidade da Comunicação” foi posteriormente incluído também na coletânea *Corpo e Forma*, lançada pela editora da UERJ em 1998. Esta é a versão que tomarei como fonte de citações. O outro texto apareceu originariamente como posfácio à obra conjunta *Materialities of Communication*, editada pela Stanford University Press em 1994. Faço uso aqui desse original inglês, intitulado “A Farewell to Interpretation”.

Antes de tudo, é importante prevenir contra uma falsa impressão que pode surgir da leitura inicial desse artigo. Ao começar por descrever algumas características do que considera como “a situação pós-moderna”, Gumbrecht pode não intencionalmente levar o leitor a categorizar a materialidade da comunicação como mais uma teoria representativa do ‘pensamento pós-moderno’. É precisamente esse o perigo contra o qual propus acautelar-me desde as linhas iniciais deste artigo. Para afastá-lo, apresento um paradoxo: a materialidade da comunicação é uma teoria pós-moderna, no sentido em que surge como resposta à crise histórica da modernidade e tenta solucionar questões que podiam aparecer em plenitude apenas diante de um novo ambiente cultural e material. Contudo, não é pós-moderna no

³ O seminário “The Medium is the Message”, realizado em fevereiro de 2000 na Windsor University, no Canadá, constitui bom exemplo desse processo de recuperação do pensamento de Mc Luhan. Ver a respeito “À Sombra de Mc Luhan – a Teoria da Simulação de Baudrillard”, in Huyssen, Andréas. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1997.

sentido precisamente em que ainda crê na possibilidade de uma teorização rigorosa dos fenômenos sociais e culturais da dita pós-modernidade.

Próprio do pensamento pós-moderno é o que Eva Knodt denominou como “retórica da impossibilidade” (1995: x): esse pensamento tem decretado a desintegração progressiva dos diversos campos de saber e teorias, agora tidos como incapazes de dar conta da complexidade da situação pós-moderna. Toda forma de teorização rigorosa aparece, assim, como condenada desde o princípio ao fracasso, ou então se revela no fim das contas como simples instrumento de controle e repressão da fluidez e “liberdade” caracteristicamente pós-modernas. Contudo, o que Knodt afirma sobre a obra de Niklas Luhmann pode igualmente ser afirmado do pensamento de Gumbrecht:

(...) diferentemente de muitos dos teóricos de hoje, Luhmann está convencido de que ‘algo pode ser dito sobre isso’; de que, com efeito, existem ‘materiais teóricos disponíveis’ que podem ajudar-nos a conceptualizar o fim das metanarrativas como o ‘princípio’ de algo novo. Do ponto de vista dessa perspectiva, a semântica pós-moderna da impossibilidade é uma reação atrasada (*belated*), de parte da modernidade, ao choque de sua própria contingência: “não há metanarrativas porque não existe um observador externo” (...) Para Luhmann, o fim das metanarrativas não significa o fim da teoria, mas um desafio à teoria, um convite à sua abertura para desenvolvimentos teóricos em uma série de disciplinas que, já desde algum tempo, têm trabalhado com êxito com modelos cibernéticos que não requerem a ficção do observador exterior (1995: x – xi).

Outro aspecto do pensamento de Gumbrecht que merece esclarecimento é a idéia de “campo não-hermenêutico”. Sugerir a constituição de um campo não-hermenêutico – ou seja, um campo de conhecimento onde o sentido não é mais uma instância absolutamente determinável e nem sequer a preocupação fundamental – não é o mesmo que “pós-modernamente” declarar o fim da interpretação e propor sua substituição por um novo paradigma onde o sentido desaparece de todo. Na realidade, isso representaria simplesmente trocar um sistema totalizante por outro. A teoria das materialidades da comunicação não se impõe como um substitutivo ao paradigma hermenêutico, mas como uma perspectiva alternativa, que questiona a primazia conferida ao sentido e ao espírito na tradição intelectual do Ocidente. É o próprio Gumbrecht quem esclarece a posição da teoria das materialidades em relação a outros possíveis construtos teóricos:

Nosso esforço para circunscrever as “materialidades da comunicação” como um campo de pesquisa e reflexão não questiona necessariamente a legitimidade epistemológica de outras posições teóricas contemporâneas, nem implica qualquer pretensão de cobrir a totalidade do espaço que as ciências humanas tradicionalmente têm ocupado (1994: 396)

Mas de que maneira peculiar as materialidades da comunicação respondem ao quadro da situação histórica pós-moderna? Gumbrecht sugere a utilização de três conceitos-chave para definir tal situação: *destemporalização*, *destotalização* e *desreferencialização*. O primeiro torna-se fácil de entender a partir do momento em que pensamos no modelo de temporalidade que dominou a modernidade: o tempo como fluxo constante que caminha do passado em direção a um futuro sempre aberto. O futuro aparece, desse modo, como resultado previsível do passado e do presente. A situação pós-moderna parece indicar um bloqueio do futuro. O futuro agora surge não mais como possibilidade aberta e animadora, mas como algo a ser temido. O presente torna-se *onipresente* e, mais que isso, as possibilidades técnicas de reprodução de cenários e ambientes do passado mobiliaram a atualidade de diversos passados artificiais. Desse modo, cessa a progressão inflexível do tempo, e a cultura pós-moderna passa a se caracterizar pela permanência de um presente infundável.

A noção de destotalização acarreta a desistência das pretensões de universalidade dos conceitos e sistemas de pensamento. Toda empresa teórica passa a desvelar com clareza seu caráter necessariamente regional e limitado. Não é mais viável construir abstrações absolutas ou determinar critérios de validade não contingentes. Por fim, a idéia de *desreferencialização* ou *desnaturalização* consiste na perda progressiva das certezas oferecidas pela nossa representação de um mundo externo e objetivo. As tecnologias do virtual muito contribuíram para esse processo de desnaturalização.

O sentimento ocasionado por essas três noções é o de “um mundo sempre menos estruturado e sempre mais viscoso e flutuante. Dizendo de outro modo: o sentimento de um mundo não mais fundado na figura central do sujeito” (1998: 138). O sujeito estava precisamente na base daquilo que Gumbrecht denomina como “campo hermenêutico” – uma situação histórica desenvolvida desde o século XV, com a institucionalização da imprensa, e que pode ser sumarizada em quatro premissas fundamentais:

1. O sentido consiste numa atividade do sujeito e não dos objetos. É o primeiro quem, por meio de atos intencionais, atribui sentidos às coisas;

2. A possibilidade de uma distinção radical entre corpo e espírito, onde o espírito era o que de fato importava à comunicação e à auto-referência humana;
3. O espírito conduz o sentido;
4. Em tal contexto, o corpo serve apenas como instrumento secundário, para a articulação ou mesmo ocultação do sentido, cuja criação cabe sempre ao espírito.

Essas quatro premissas podem por sua vez ser traduzidas na relação que, nos atos interpretativos, articula a dicotomia *superfície* e *profundidade*. O gesto hermenêutico se baseia na idéia de que uma superfície (corpo, texto, materialidades) atua como simples instrumento de expressão de um sentido que deve ser encontrado na profundidade (espírito, significado, imaterialidade) de um ente espiritual. Dado que a expressão revela-se sempre como insuficiente em relação ao espírito, surge a necessidade da interpretação.

Se tivermos em mente que a doação (e produção) do sentido é um ato nascido na interioridade espiritual do sujeito, a situação pós-moderna coloca-nos face a uma dificuldade aparentemente intransponível. Como continuar a operar exclusivamente no interior do paradigma hermenêutico face a um contexto em que o sujeito assiste à destemporalização, destotalização e desnaturalização de seu mundo cultural? É com o intuito de responder a essa pergunta que Gumbrecht lança mão do conceito de “campo não-hermenêutico”. No interior desse novo campo – que pode ser vislumbrado a partir da divisão proposta por Hjelmslev entre forma e substância da expressão e forma e substância do conteúdo –, opera-se um deslocamento do foco de interesse teórico, que passa da “interpretação como identificação de estruturas de sentido dadas para a reconstrução dos processos através dos quais estruturas de sentido articulado podem emergir” (1994: 398). Em outras palavras, o que se sugere é concentrar a atenção não na busca pelo sentido como algo pré-dado e apenas à espera do ato interpretativo, mas antes procurar entender como o sentido pode constituir-se a partir do não-sentido.

No esquema de Hjelmslev, tanto a substância do conteúdo como a substância da expressão necessitam adotar uma forma para que possam funcionar como operadores potenciais de significado e significante. E mais que isso, devem em

seguida acoplar-se para converterem-se em sentido articulado. Não obstante a premissa de que nenhum dos quatro campos pode constituir sentido de forma independente, todos eles individualmente satisfazem uma definição que descreve as materialidades da comunicação como “a totalidade dos fenômenos que contribuem para a constituição do sentido sem serem, eles próprios, sentido” (ibid.).

O conceito de acoplagem, acima mencionado, é de fundamental importância. Inspirado nas idéias de Humberto Maturana e Francisco Varela, ele pressupõe um processo de interação entre dois sistemas. Por exemplo, a interação do meu corpo com o computador no qual datilografo este texto. Mais ainda, a interação de meus sistemas mentais com o programa de computador que utilizo. Essa interação engendra um *ritmo* que é peculiar à coordenação entre os dois sistemas. Não entrarei em detalhes sobre os tipos de acoplagem e suas conseqüências sobre a produção de sentido, pois o tempo é curto, e o assunto, bastante complexo. Em lugar disso, passarei a um exemplo mencionado por Gumbrecht que, além de curioso, parece-me muito esclarecedor.

Em um livro intrigante, intitulado *Aufschreibesysteme 1800/1900* (“sistemas de notação” ou “sistemas de escrita”), Friedrich Kittler sugere que certas idéias de Nietzsche possam ter sido influenciadas pela forma (arredondada) da máquina de escrever com a qual trabalhava. Foi o próprio Nietzsche, aliás, quem escreveu em uma de suas cartas datilografadas que “nossos materiais de escrita contribuem com sua parte para nosso pensamento” (1990: 196). Dedicado a investigar a ascensão e queda de determinadas redes discursivas, o trabalho de Kittler pode, segundo David Wellbery, ser definido com base em três princípios básicos: exterioridade, medialidade e corporalidade. Tais princípios constituem também preceitos epistemológicos próprios da teoria das materialidades da comunicação.

O primeiro princípio significa simplesmente que, no método de investigação de Kittler, “o objeto de estudo não é o que é dito ou escrito, mas o fato – o fato bruto e freqüentemente brutal – *de que é dito*, de que isto e não algo diferente tenha sido *inscrito*” (Wellbery, 1990: xii). Isso significa que as *tecnologias de inscrição*, de comunicação, não são meros instrumentos com os quais os sujeitos produzem sentido. Elas antes representam o horizonte a partir do qual algo como o próprio sentido em geral pode surgir.

Esse primeiro princípio nos conduz ao segundo. A noção de medialidade é estendida por Kittler a todos os domínios do intercâmbio cultural. A medialidade constitui, assim, um dado não apenas da comunicação, mas da vida cultural enquanto tal. Umberto Eco já lembrava que todo ato de cultura é essencialmente um ato de comunicação. Desse modo, a história literária desenhada por Kittler – e pelos demais adeptos da teoria das materialidades – torna-se um sub-ramo dos *media studies*. Como explica Wellbery, “todos os meios (*media*) de transmissão requerem um canal material, e a característica de cada canal material é que além, e *como que em confronto com*, a informação que carrega, ele produz ruído e não-sentido (*nonsense*)” (1990: xiv). Desse modo, a literatura, assim como diversos outros fenômenos comunicacionais, passa a ser definida não por aquilo que *significa*, mas pela relação entre significado e tudo aquilo que é excluído do campo da significação como ruído. A diferença entre esses dois elementos representa o campo de estudos fundamental da teoria das materialidades.

O último princípio, o da corporalidade, acarreta duas conseqüências importantes: a primeira é a desvalorização da noção de *agência*. O corpo não é mais essencialmente um agente ou ator, e para que possa tornar-se tal deve sofrer uma restrição de suas possibilidades. Deve encontrar outros corpos e resistências. Desse modo, a cultura pode ser resumida na idéia do “regime [não o do sentido dietético, claro, mas do controle e vigilância] pelo qual os corpos têm de passar” (1990: xv). A Segunda conseqüência é que esse local de “sofrimento do corpo” manifesta-se como um locus privilegiado de análise para a teoria das materialidades, dado que é exatamente nas patologias produzidas pelos sistemas de inscrição que estes mais claramente revelam sua *impressão específica*. Essa noção recorda a idéia kafkiana da colônia penal, onde uma *máquina de inscrição* registra nos corpos dos condenados as patologias que os levaram à sua punição.

A grande conclusão que se pode tirar de todos esses conceitos é bem sintetizada por Karl Ludwig Pfeiffer: “o instrumental tecnológico (*technological hardware*) – em produção, gravação e armazenamento e reprodução – ‘exerce influência’ ou de fato ‘determina’ o que se apresenta como mundos semânticos, simbólicos, espirituais ou mundos” (1994: 11). Mas é preciso também se acautelar contra a idéia de que o termo “materialidades” significa sempre uma matéria física e

concreta. Pfeiffer esclarece que as materialidades podem “funcionar como uma metáfora geral para o impacto conjunto das instituições (igreja, sistemas educacionais) e dos meios que elas predominantemente empregam (rituais, livros de tipos especiais, etc.)” (1994: 7).

Essa descrição sumária da origem e dos princípios epistemológicos da teoria das materialidades já nos permite entrever que o segundo propósito deste artigo torna-se uma tarefa bastante difícil. Descrever o campo de aplicabilidade da nova teoria é problemático, pois não existe um “objeto” definido e recortado a ser esquadrihado pelos métodos dos pesquisadores. Na verdade, todo objeto cultural aparece como passível de investigação do ponto de vista de sua materialidade expressiva. Em lugar de buscar a definição de um objeto de estudos específico – problema que, aliás, parece estar atormentando os teóricos da comunicação em tempos recentes –, a teoria das materialidades aplica os mesmos princípios a diferentes objetos. O que importa aqui não é essencialmente a natureza, o estatuto ontológico, do objeto, mas sim a busca de um novo modo de encarar os objetos culturais. Trata-se de uma disciplina legitimamente transdisciplinar, dado que qualquer campo do conhecimento – filosofia, literatura, comunicação – pode ser pensado a partir do horizonte das materialidades. E, na realidade, nenhum desses campos pode aparecer como isolado, como um espaço epistemológico puro que não seja atravessado por forças e materiais advindos de diversos outros campos.

A diversidade de perspectivas oferecida por essa abertura pode assustar. Uma consulta ao índice do volume *Materialities of Communication* talvez provoque embaraço no leitor que se defronta com artigos sobre a materialidade do signo no antigo Egito (Jan Assman), a história das primeiras etapas de desenvolvimento da televisão alemã (Monika Elsner), a influência da “presença cinematográfica” no cotidiano pós-moderno (Vivian Sobchack), a transição de manuscritos para livros impressos na Idade Média (Jan-Dirk Müller) ou o processo somático de individuação (Francisco Varela e Mark Anspach). Mas essa variedade, que lembra um mercado persa bem ao gosto pós-moderno, constitui também um real desafio de integração interdisciplinar. Diferentemente do que tem ocorrido com frequência no campo da teoria da comunicação hoje – a utilização, algo excessivamente liberal e frouxa, de conceitos

da física ou biologia para pensar fenômenos da cultura -, a teoria das materialidades tem buscado utilizar os mais recentes desenvolvimentos da cibernética e da teoria dos sistemas para conjugar diferentes estruturas em uma perspectiva autenticamente conceptual. Nesse contexto, a teoria sistêmica de Niklas Luhmann, ao integrar, por exemplo, sistemas sociais e psíquicos adquire importância fundamental. Não se trata de procurar entender um determinado sistema com base em analogias extraídas de outros sistemas, mas antes de investigar os processos de *acoplagem* que conectam um sistema a outro em um mundo, vale a pena lembrar, onde a noção de complexidade torna-se cada vez mais evidente.

A frustração parcial do segundo propósito deste artigo pode, porém, ajudar a validar seu terceiro objetivo: de que maneira a teoria das materialidades pode contribuir para o campo da teoria da comunicação na situação em que esta hoje se encontra? Parece-me que a desintegração da pergunta pelo “objeto” já aparece como uma possibilidade inicial de conquistas teóricas. O campo da comunicação enfrenta o paradoxo de continuamente ter sua complexidade, abrangência e transdisciplinaridade afirmadas, ao mesmo tempo em que os pesquisadores manifestam o desejo de recortar com precisão seus horizontes e objeto. No contexto brasileiro, a preocupação do momento parece ser precisamente a delimitação de tais horizontes. Uma preocupação defendida com todo vigor pelos órgãos de fomento à pesquisa, e que, submetida a uma investigação *à la Bourdieu*, poderia revelar dados interessantes sobre os anseios e temores dos pesquisadores do campo. Esse desejo do objeto, em parte louvável, colabora, porém, para incrementar a desconfiança em relação ao pensamento teórico. Quanto mais ‘teóricos’, mais suspeitos de abstração ou abrangência excessivas tornam-se os argumentos. A teoria das materialidades pode fornecer alguns instrumentos úteis para ajudar-nos a lidar, sem receios, com a imprecisão e complexidade intrinsecamente constitutivas de nosso campo de estudos.

Mas para aqueles que não compartilham desse sentimento, ofereço outras possibilidades mais pragmáticas. Um pensamento como o das materialidades da comunicação aparece como extremamente útil para a reflexão em torno das chamadas novas tecnologias da comunicação e informação. A interação entre corpo e máquina, entre sistemas de pensamento humanos e sistemas binários, entre o real e o virtual constitui um problema particularmente interessante para os instrumentos da

teoria das materialidades. O artigo de Vivian Sobchack incluído na coletânea *Materialities of Communication* é representativo dessa rentabilidade. Ao lançar mão da nova teoria para pensar o que define como a passagem do cinemático para o eletrônico na cultura contemporânea, Sobchack oferece argumentos e noções reforçadores das principais teses de estudos recentes sobre a interação do humano com o maquínico, como *How we became posthuman*, de N. Katherine Hayles (1992) e *The Pearly Gates of Cyberspace*, de Margaret Wertheim (1999).

Advertindo que nenhuma tecnologia é neutra, mas antes “informada historicamente não apenas por sua materialidade como também por seu contexto político econômico e social”, Sobchack sugere que as novas tecnologias já estão promovendo o desaparecimento da cultura da imagem, assim como do corpo. Surge uma curiosa inversão, onde a materialidade das novas tecnologias determina um imaginário de imaterialidade para os sujeitos humanos. As fantasias sobre a transferência (*download*) de consciências humanas para computadores confirmam essa idéia. Sobchack estuda também as características dos movimentos, da cinesia determinada pela materialidade das novas tecnologias – o ritmo da utilização de teclados e *mouses* – para buscar entender suas conseqüências sobre os usuários.

Estas breves notas não dão mais que uma breve idéia das possibilidades oferecidas pela teoria das materialidades. Contudo, é preciso lembrar que se trata de um campo de estudos recente e ainda em processo de estruturação, um *work in progress*. O próprio Gumbrecht reconhece essa imaturidade e aponta ainda algumas das deficiências da nova teoria. Ela não foi ainda capaz de superar a dicotomia espírito-matéria, que pode sempre reaparecer por trás da idéia da acoplagem entre sistemas “espirituais” e “materiais”. Além disso, adverte, é preciso sempre tomar o cuidado de não substituir um pensamento totalizante por outro. Em lugar de sonhar com uma estabilidade máxima própria das teorias tradicionais, Gumbrecht sugere que procuremos alcançar “uma *perspectiva radical de contingência* – como uma esfera de fenômenos com vida extremamente curta e sem qualquer conceitos gerais ou estáveis para sua descrição” (1994: 402). Contudo, quaisquer que sejam os problemas a serem enfrentados pela teoria das materialidades, nada pode roubar-lhe pelo menos o mérito de restituir à matéria sua dignidade, tão longamente roubada por nossa pedagogia quase exclusivamente voltada para a imaterialidade do espírito.

BIBLIOGRAFIA

Gumbrecht, Hans Ulrich. *Corpo e Forma*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

_____. *O Campo não-hermenêutico ou a Materialidade da Comunicação*. Rio de Janeiro: UERJ, Cardenos do Mestrado, n. 5, 1993.

_____ & Pfeiffer, Ludwig. *Materialities of Communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

Rocha, João Cezar de Castro. “Introdução: a Materialidade da Teoria”, in Gumbrecht, Hans Ulrich. *Corpo e Forma*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

Jauss, H. R. *Pour une Esthétique de la Réception*. Paris: Gallimard, 1990.

Kittler, Friedrich. *Discourse Networks 1800/1900*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

Wellbery, David. “Foreword”, in Kittler, Friedrich. *Discourse Networks 1800/1900*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

Luhmann, Niklas. *Social Systems*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

Knodt, Eva. “Foreword”, in Luhmann, Niklas. *Social Systems*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

Sokal, Alan & Bricmont, Jean. *Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science*. New York: Picador, 1998.

Derrida, Jacques. *Da Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Sarlo, Beatriz. *Cenas da Vida Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.